



Ata da Reunião Extraordinária de Assembleia Municipal realizada a 22 de novembro de 2013

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho uma sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º. Ponto – Procedimento concursal – Prorrogação de prazos
- 2º. Ponto – Proposta de IMI/Taxas para 2014
- 3º. Ponto – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para participar na Assembleia Distrital de Évora
- 4º. Ponto - Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal (em número de 4) na Assembleia Intermunicipal da CIMAC.

Deu início à sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando todos os presentes na sala e seguidamente informou da existência de um ponto prévio à ordem de trabalhos, sendo formalmente empossada a Sra. Sónia Cristina S. dos Ramos Anjinho Ferro, dada a impossibilidade de comparência, devidamente justificada, no ato de instalação e tomada de posse da Assembleia Municipal.

De imediato, a mesa procedeu à chamada verificando-se a presença dos seguintes eleitos:

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Joaquim da Silva Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Beatriz Maria Varela Maltês da Visitação, Celeste de Jesus General Leirias, Duarte Manuel Vicente da Luz, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, José Vicente Grulha, Manuel António Coelho, Maria Helena Coelho Sabino Salvaterra, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Paulo Dinis Nabais Arrifes, Pedro Manuel Pinto Bento, Ana Rita Renques Henriques em substituição João António Abrantes Caldeira, membro convocado para esta assembleia, em substituição de Dário Miguel Tregreira Coelho, tendo ambos justificado a ausência, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Silvia Cristina Gomes Soares, Sónia Cristina S. dos Ramos Anjinho Ferro, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Telmo Filipe Marques Caldeira e Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio.

Estiveram ainda presentes nesta reunião, a Sra. Presidente da Câmara Municipal Drª. Hortênsia Menino, as Sras. Vereadoras Susana Mendes e Palmira Catarro e os Srs. Vereadores António Pinetra, João Marques, Henrique Lopes e Olímpio Galvão.

Voltou a usar da palavra a Sra. Presidente da Assembleia afirmando que dado tratar-se de uma assembleia extraordinária, a lei não permite a existência de período antes da ordem do dia. Seguidamente deu conhecimento aos presentes de algumas das normas de funcionamento das sessões, nomeadamente, acerca do Regimento da Assembleia Municipal, dizendo que o Grupo de trabalho reuniu e que será apresentada na próxima reunião ordinária da Assembleia uma proposta de alterações ao mesmo. Mais informou que, no que se refere à correspondência enviada aos eleitos na assembleia municipal, a lei impôs algumas alterações em termos de prazos assim, como no modo de envio, neste sentido, informou que o serviço de apoio administrativo da Assembleia irá fazer um pedido de informação, por escrito, a cada um dos eleitos, sobre a melhor forma de receberem a documentação.

Ainda no uso da palavra, a Sra. Presidente disse que a Câmara Municipal disponibilizou um Gabinete de trabalho à Assembleia Municipal, situado no edifício dos Paços do Concelho, o qual poderá ser visitado na próxima sessão da Assembleia Municipal e ser utilizado por qualquer um dos Srs. Eleitos na assembleia municipal.

#### 1º. Ponto – Procedimento concursal – Prorrogação de prazos

Dando início à Ordem de Trabalhos a Sra. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Sra. Presidente da Câmara Municipal, que inicialmente cumprimentou todos os presentes, desejando um bom trabalho no desempenho das suas funções, justificando de seguida que, no que respeita concretamente ao primeiro ponto, o documento está a ser apresentado à Assembleia, dado que, de acordo com a lei, terá que ser este órgão a autorizar o pedido de prorrogação de prazos do referido procedimento.

Relativamente a este ponto, pediu a palavra o eleito José Carlos Zorrinho, sendo que numa primeira abordagem cumprimentou os presentes, desejando a todos um bom trabalho, assim como, de uma maneira particular, à Sra. Presidente da Câmara Municipal, pela sua eleição como Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMAC, manifestando o desejo de um bom trabalho, em prol do nosso concelho.

Mais acrescentou que, relativamente, à ordem de trabalhos e ao ponto em questão, considera que este pedido de prorrogação é sinónimo que os serviços do Município não agiram de forma célere no tratamento do procedimento, salientando que da análise da documentação recebida, considera ainda, que de uma forma geral todo o processo de concurso se revela pouco claro, mais concretamente ao nível do número de concorrentes, da sua identificação e a justificação da exclusão. Finalizou a sua intervenção fundamentando, o voto contra esta prorrogação, por parte tanto dos Srs. Vereadores eleitos na Câmara Municipal, assim como dos Srs. Eleitos na assembleia municipal da força política que representa, se deve essencialmente aos fatores de falta de celeridade e transparência, que consideram fundamentais.

Ainda sobre o mesmo ponto da Ordem de trabalhos, pediu a palavra a Sra. Deputada Sónia Ferro, felicitando os presentes pela sua eleição e em alguns casos pela renovação de mandato e manifestando o desejo que no conjunto todos possam dar o seu contributo para a realização de um trabalho benéfico em prol, sobretudo, dos montemorenses. Referiu de seguida, que relativamente ao ponto em debate também lhe surgiram inúmeras dúvidas resultantes da análise dos documentos recebidos, nomeadamente, quanto ao número de candidatas, quanto à data de publicação dos

avisos, quanto à justificação plausível para a não conclusão do procedimento por parte dos serviços da Câmara dentro dos prazos fixados, entre outras. De seguida, pediu à Sra. Presidente da Câmara Municipal para ser esclarecida, na medida do possível, sobre a veracidade dos dados publicados na comunicação social acerca de uma sondagem realizada quanto ao número de funcionários ativos na Câmara Municipal, questionando, por isso, o porquê da existência deste pedido de prorrogação, dado que está em causa o preenchimento de uma vaga com demasiada importância, pois essa clarificação é essencial para a decisão do seu sentido de voto.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Sra. Presidente da Câmara Municipal que justificou este pedido de prorrogação, devido ao elevado número de candidatos ao procedimento concursal, assim como das dificuldades com que se debateram os serviços, dado que decorriam em datas simultâneas vários procedimentos de concurso, para além de que também os membros do júri eram coincidentes em alguns casos. Mais informou da necessidade imperativa do procedimento ser concluído no mais curto espaço de tempo, no caso de ser aprovada nesta Assembleia a prorrogação dos prazos, pois destina-se à Oficina da Criança, projeto considerado de elevado interesse público.

Informou ainda que, para redução do número de trabalhadores tem contribuído não só o fator aposentação, mas também a imposição legal do governo através do Orçamento de Estado, relativamente ao qual esta Câmara Municipal tem sido cumpridora.

Salientou ainda, que foi esse cumprimento que permitiu justificar a abertura deste e de outros novos procedimentos de concurso.

Pediu novamente a palavra a Sra. Deputada Sónia Ferro, referindo ainda ter dúvidas, dado que a análise dos documentos sugere que estaria a decorrer, no momento, unicamente um processo de concurso e que é esse que está a ser analisado. Continuando a sua intervenção a eleita questionou de novo a Sra. Presidente sobre a existência de um único procedimento para uma vaga na Categoria de Educadores de Infância ou se decorreram em simultâneo outros procedimentos para categorias distintas, também eles destinados à Oficina da Criança. Em resposta à questão colocada pela eleita Sónia Ferro, a Sra. Presidente da Câmara Municipal explicou que efetivamente o que está a ser colocado à consideração nesta sessão é a prorrogação de prazos especificamente de um único procedimento de concurso. Todos os restantes decorriam em simultâneo, no Serviço de Pessoal. É no entanto a complexidade em termos de legislação, que existe hoje em dia, que torna todo o processo muito mais moroso e que nem sempre possibilita o cumprimento de todos os prazos estabelecidos. Lembrou ainda que já ocorreram, em anteriores sessões deste órgão, idênticos pedidos de prorrogação de prazos.

Pediu depois a palavra o eleito António Danado, cumprimentando todos os presentes e referindo de seguida que em Dezembro passado foram introduzidas alterações na legislação ao nível de processos de concurso, que implicam a sua avaliação pelo Instituto Nacional da Administração. Ainda sobre a questão já anteriormente discutida nesta sessão e que envolve a redução de trabalhadores, questionou a Sra. Presidente da Câmara sobre quais as sanções que o Município sofreu por não ter cumprido as metas definidas de redução de 2% do número de trabalhadores ou se efetivamente foram cumpridas.

*Nogueira Sofia*

Pediu de novo a palavra a eleita Sónia Ferro perguntando à Sra. Presidente qual o número de concursos que estiveram a decorrer em simultâneo que impediram o cumprimento destes prazos, pois na sua opinião não pode ser justificação apenas o já referido elevado número de candidatos, salientando a importância da transparência no tratamento destas questões.

Respondendo às questões colocadas pela eleita Sónia Ferro a Sra. Presidente disse ter presente o número de seis processos de concurso a decorrer em fases não coincidentes, ainda que tal informação possa não ser precisa quanto ao número. Seguidamente e de modo a responder às questões colocadas pelo eleito António Danado, a Sra. Presidente da Câmara Municipal informou que, no ano de 2012 foram cumpridas as imposições em termos de metas com o pessoal, assim como se prevê vir a cumpri-las no ano de 2013.

Interveio ainda sobre o mesmo ponto a eleita Sónia Ferro fazendo notar que todos os elementos solicitados à Câmara Municipal lhe foram transmitidos de forma pouco precisa.

E não havendo mais intervenções sobre este ponto, a Sra. Presidente da Assembleia colocou-o à votação.

Deliberação: Aprovado por maioria, com dezassete votos favoráveis dos eleitos da CDU e onze votos contra dos eleitos do PS +PSD+CDS.

#### 2º. Ponto – Proposta de IMI/Taxas para 2014

Interveio de novo a Sra. Presidente da Assembleia Municipal para colocar à discussão o documento a que se refere o segundo ponto da Ordem de Trabalhos, o qual foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara do passado dia treze de novembro de dois mil e treze.

Interveio a Sra. Presidente da Câmara, informando que este ponto se encontra em discussão nesta sessão porque terá que ser comunicada a decisão à Direção Geral das Contribuições e Impostos, até ao final do mês de dezembro. Como questões principais expressas no documento, salientou a pretensão da Câmara em baixar as taxas de IMI, tal como veio sucedendo em anos transatos. Também como dados relevantes da proposta, referiu, comparativamente a 2012, o aumento do valor das minorações nas zonas urbanas das freguesias, como também na zona do Centro Histórico e nas áreas de Intervenção de Reabilitação Urbana na Cidade, no sentido de apoiar quem pretenda adquirir ou reabilitar a sua habitação localizada nestas zonas.

Sobre este ponto pediu a palavra o eleito Joaquim Galvão cumprimentando os presentes e afirmando que o desejável e justo para todos os montemorenses, seria termos as taxas mínimas de IMI para todas zonas, dadas as dificuldades que atravessamos.

Relativamente ao aumento das minorações apresentadas na proposta, o eleito ainda no uso da palavra, referiu que estas apenas figuram no documento dado que continuarão sem ser aplicadas em benefício dos residentes nestas áreas, pois, quanto lhe é dado conhecer, ainda há questões a definir pela Câmara, nomeadamente as “fronteiras” das freguesias rurais e urbanas, quem são os beneficiários das mesmas e outras. Apesar de tudo isso, afirmou de seguida que os eleitos na assembleia municipal da força partidária que representa irão votar favoravelmente esta proposta, tal como aconteceu na discussão do mesmo documento em reunião de câmara, salientando,

contudo, que a Câmara deverá adotar medidas, para que no próximo ano, estas questões estejam devidamente definidas.

Ainda sobre o mesmo ponto da ordem de trabalhos, interveio de seguida o eleito António Danado, dizendo que a questão principal a valorizar é que o documento traduz uma redução de IMI de nove por cento.

Congratulou-se também pelo facto de ter havido consenso no debate desta proposta no executivo Camarário. Salientando de seguida que a CDU sempre defendeu a existência de executivos multicolores. Disse depois não concordar com as afirmações do eleito Galvão quando refere que a Câmara não procedeu ainda aos levantamentos totais em termos de IMI, uma vez que a própria Administração Tributária também ainda não fez as atualizações de cadastro rústico para as freguesias, criadas desde 1988. Para agravar ainda mais esta injustiça entre as freguesias, refere que a partir do início do ano o valor do IMI rústico irá, conforme a legislação, ser entregue às referidas entidades.

Mais acrescentou que importa salientar a proposta apresentada pelo PS na Assembleia da República para que os fundos imobiliários também paguem o valor de IMI e IMT respetivos, referindo que o PCP já apresentou igualmente uma proposta idêntica, pois é da opinião que a injustiça se mantém quando muitos milhares de hectares de propriedade rural, nomeadamente empreendimentos turísticos, gozam de isenção fiscal concedida pelo governo.

Usou seguidamente da palavra o eleito Zorrinho, referindo que haverá pois uma justiça relativa, quando no conjunto a Câmara fizer o seu trabalho em termos de avaliação urbana, assim como o governo a parte que lhe compete, ou seja, a avaliação rústica.

Interveio ainda a eleita Sónia Ferro, referindo que a intervenção do eleito Danado não foi adequada ao assunto em debate, questionando de novo a Sra. Presidente da Câmara Municipal se no próximo ano a Câmara Municipal, se compromete a cumprir o que é aprovado nas sessões da Assembleia Municipal.

Em resposta à questão colocada pela eleita Sónia Ferro, a Sra. Presidente da Câmara mencionou que também a Câmara Municipal defende uma política fiscal justa, sendo nesse contexto que sempre tem sido proposto, ao longo dos anos, um decréscimo das taxas de IMI.

Referiu ainda ser também uma preocupação do Município o equilíbrio das suas receitas, uma vez que as provenientes do IMI, não correspondem no seu todo a receitas municipais, com é de conhecimento geral.

Salientou não ser possível de momento à Câmara Municipal assumir esse compromisso, uma vez que ainda se desconhece um conjunto de receitas para o próximo ano, nomeadamente as novas regras inerentes à Lei das Finanças Locais, pelo que a situação será avaliada ao longo do ano.

Informou ainda os presentes que os serviços da Câmara estão a desenvolver todos os esforços para concluir a totalidade da avaliação das áreas abrangidas pela majoração ou minoração até a data prevista de trinta e um de dezembro, de modo a que no total ou em parte estas regras possam ser aplicadas.

E não havendo mais intervenções, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação este segundo ponto.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

3º. Ponto – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para participar na Assembleia Distrital de Évora

Relativamente a este ponto retomou a palavra a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, informando que foi solicitada a esta Assembleia que elegeisse um Presidente de Junta e um substituto para integrar a Assembleia Distrital de Évora, questionando de seguida os presentes se existiam propostas a apresentar. Tendo sido apresentada uma única proposta de Lista pelos Eleitos da CDU, foi a mesma colocada à votação.

Deliberação: Aprovada por maioria, a única lista apresentada pela CDU, denominada Lista A, com vinte e três votos favoráveis, um voto contra e quatro votos em branco, com a seguinte composição: Membro efetivo: António Joaquim da Silva Danado, Presidente da União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras; Membro Suplente: Orlando Manuel Beldroega, Presidente da Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira.

4º. Ponto - Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal (em número de 4, na Assembleia Intermunicipal da CIMAC.

Retomou a palavra a Sra. Presidente da Assembleia, referindo que de acordo com a Lei, deverá a Assembleia a eleger os seus representantes (no caso do nosso Município, em número de quatro) na Assembleia Intermunicipal da CIMAC. Mais informou que os Srs. Presidentes de Junta

de Freguesia não poderão participar na votação, conforme a lei.

Pedi a palavra o eleito António Danado, para apresentar um voto de protesto, em nome da União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, relativamente ao impedimento de participar na referida eleição, pois, considera que a legislação, no caso concreto, a Lei 75/2013, retira poderes aos Presidentes de Junta, poderes esses que lhe foram conferidos pelo voto do povo, pois são, por inerência, membros integrantes desta Assembleia. Informou de seguida, que como forma de protesto, se iria retirar da sala de sessões.

Pedi seguidamente a palavra o eleito Duarte Luz, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural que, relativamente ao ponto em debate, afirmou que em nome da freguesia que representa, também ele decide sair, como protesto, enquanto decorrer a eleição.

Interveio de seguida, o eleito Telmo Caldeira, Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão, informando que também ele se retiraria da sala pelas mesmas razões já atrás apontadas.

Também o Presidente da Junta de Freguesia de Foros de Vale Figueira, o eleito Orlando Beldroega, em voto de protesto, informou que se iria ausentar da sessão.

De seguida, interveio, o eleito José Maria Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, afirmando que também não está de acordo com o impedimento da lei quanto à sua exclusão desta eleição, decidindo retirar-se como forma de protesto.

A Sra. Presidente da Assembleia informou que serão eleitos quatro membros efetivos e um suplente. Mais informou que o apuramento do resultado desta votação será feito pelo Método de D'Hondt.

Foram apresentadas duas propostas de lista, sendo uma apresentada pelos eleitos pela CDU, denominada "Lista A" composta pelos seguintes eleitos: Vitalina Sofio, António Fitas, José Grulha, Sandra Matias e como membro suplente a eleita Susana Picanço. A outra proposta apresentada pelos eleitos do PS, denominada como "Lista B", composta pelos seguintes eleitos: Joaquim Galvão, Sílvia Soares, Joaquim Bastos, Pedro Bento e como membro suplente o eleito Augusto Pascoal.

A Sra. Presidente colocou à votação as listas apresentadas, por voto secreto, nomeadamente a lista "A" apresentada pelos Eleitos da CDU e a lista "B", apresentada pelos Eleitos do PS

Deliberação: A Lista "A" registou 12 votos favoráveis, contra 9 votos a favor da Lista "B", em resultado da qual foram eleitos os seguintes membros para representar a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo na Assembleia Intermunicipal da CIMAC: Vitalina Conceição Pavia Roque Pires Sofio; Joaquim Alberto Vidigal Galvão; António Manuel Bernardo Fitas e Sílvia Cristina Gomes Soares.

Foi ainda deliberado que, no caso de falta ou impedimento de um dos membros efetivos, a sua substituição será feita pelo membro que se segue, na ordem da respetiva lista, apresentada por cada uma das forças políticas.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público, tendo a Prof<sup>a</sup>. Maria Fernanda Batista, feito uma breve intervenção, formulando o desejo de um bom mandato a todos os presentes.

Foi seguidamente lida a minuta da ata e colocada à votação sendo aprovada por unanimidade,

A Sra. Presidente deu a sessão por encerrada eram vinte e duas horas e quinze minutos.

A Presidente da Assembleia Municipal



Prof<sup>a</sup>. Vitalina Roque Sofio